



## “BESTIALIZADOS”: AS REPRESENTAÇÕES DO POVO E DA REPÚBLICA NA OBRA ESAÚ E JACÓ, DE MACHADO DE ASSIS

### "BESTIALIZED": REPRESENTATIONS OF THE PEOPLE AND THE REPUBLIC IN MACHADO DE ASSIS' ESAÚ E JACÓ

Thiago César dos Santos<sup>1</sup>

#### Resumo

O presente artigo busca analisar as diferentes representações do povo e da república na obra Esaú e Jacó, de Machado de Assis, ressaltando a construção da imagem da população como “bestializada” diante do advento do novo regime de 1889. Nesse sentido, pretende-se ainda discutir os motivos pelos quais os cidadãos fluminenses se mostraram tão “apáticos” com relação à política institucionalizada, mas extremamente engajados na defesa de certos valores tidos como importantes, como o moral e o econômico. Para aprofundar esse segundo ponto, apresentamos algumas concepções de “república” e “cidadania” presentes à época no Rio de Janeiro, examinando a forma com que o projeto positivista de governo, vanguardista do Golpe Republicano, auxiliou na exclusão da participação do povo na política, que passou a se manifestar de forma alternativa. Por fim, correlacionando todas essas questões históricas, procuraremos encontrar os ecos desse problema da “bestialização” e do positivismo no romance machadiano. Para nossa análise, utilizaremos, além do já citado romance, algumas fontes do período, como periódicos, discursos e escritos de autores positivistas e liberais, além de, sempre que necessário, recorreremos às necessárias discussões historiográficas.

**Palavras-chave:** Esaú e Jacó; Machado de Assis; Bestialização; República; Positivismo.

#### Abstract

The present article seeks to analyze the different representations of the people and the republic in the work Esau and Jacob, by Machado de Assis, emphasizing the construction of the image of the population as "bestialized" before the advent of the new regime in 1889. In this sense, we also intend to discuss the reasons why the citizens of Rio de Janeiro were so "apathetic" in relation to institutionalized politics, but extremely engaged in the defense of certain values considered as important, such as the moral and economic ones. To deepen this second point, we will try to present the various conceptions of "republic" and "citizenship" present at the time in Rio de Janeiro, examining the way in which the positivist project of government, vanguard of the republican coup, helped to exclude the participation of the people in politics, who started to manifest themselves in an alternative

<sup>1</sup> Graduando do curso História/Unisagrado. Artigo realizado sob orientação dos professores Drs. Roger Gomes e Lourdes Feitosa.



way. Finally, correlating all these historical questions, we will try to find the echoes of this problem of "bestialization" and positivism in Machado's novel. For our analysis, we will use, besides the already mentioned novel, some sources of the period, such as periodicals, speeches and writings of positivist and liberal authors, and, whenever necessary, we will resort to the necessary historiographical discussions.

**Keywords:** Esau and Jacob; Machado de Assis; Bestialization; Republic; Positivism.

## INTRODUÇÃO

As representações do povo brasileiro nos discursos literários durante os momentos políticos decisivos de nossa história, seja durante o processo de instauração do regime republicano, seja durante todo o século XX, seguem, de fato, uma tônica parecida. Desde os frementes desabafos de Aristides Lobo, caracterizando o povo como “bestializado” diante dos acontecimentos de 1889, até às cômicas e realistas frases de Nelson Rodrigues no século posterior, que colocam o Brasil como capaz de um “adiamento infinito” e que nos representam como uma “ociosidade compacta”, que não se move diante de “todo um Brasil por fazer” (RODRIGUES, 2016, p. 321), os brasileiros aparecem como apartados das transformações sociais e políticas, seja por sua própria incapacidade de articulação, seja por ser deliberadamente excluído dos planos de mudança.

Durante o golpe republicano, talvez um dos momentos de maior disrupção e transformação política de nossa história, o povo parece ter sido representado dessa mesma forma: como uma vítima inerte dos projetos da elite, como uma massa totalmente nula que observa de longe, atônita e confusa, a proclamação do novo regime, ou, ainda, como população ausente, como no icônico quadro de Benedito Calixto. A persistência desse problema, desse alijamento do povo, se tornou uma mácula em nossa história, de forma que, na contemporaneidade, o historiador José Murilo de Carvalho nos alertaria para o ponto de partida das mazelas do Brasil atual, dizendo ser, exatamente, a persistência da ausência da participação da população “o pecado original da República” (CARVALHO, 2017b, p. 19).

Esse traço fundamental da nova organização política certamente não escapou aos olhos e à pena de Machado de Assis, que não só vivenciou a queda da monarquia, mas também imortalizou os traços do povo e do recente governo republicano em uma de suas



últimas obras, ao fazer do Rio de Janeiro da década de 80 e 90 o pano de fundo do romance *Esaú e Jacó* (1904). Como acertadamente relata Sidney Chalhoub, o literato carioca “escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX” (CHALHOUB, 2003, p. 12), representando a mentalidade, os gestos, os comportamentos e as angústias e todas as classes sociais<sup>2</sup> por meio de seus contos, romances, novelas e peças de teatro.

Se já é um fato consolidado e evidente que Machado, por meio de suas obras e de seus personagens, tecia ácidas críticas à sociedade carioca, problematizando e descrevendo certos costumes normais da época e prestando, dessa forma, um ótimo auxílio aos sociólogos e historiadores sociais posteriores, vemos, cada vez mais, o surgimento de novas interpretações de seus escritos, que buscam não só encontrar esses riquíssimos “estereótipos” nas páginas machadianas, mas também enxergar os próprios processos históricos de mudança nas estruturas políticas daquele tempo, principalmente em suas últimas obras onde “pela primeira vez o narrador machadiano abre grande espaço para as questões que envolviam as disputas políticas, na passagem do Segundo Império para a República” (CHAUVIN *in* ASSIS, 2012, p. 16).

Esses acontecimentos históricos – como o desgaste do regime monárquico, o conflito entre distintas visões de mundo, os problemas vividos pelo povo durante aquele momento, a Proclamação da República e a forma com que ela foi vivida por diferentes classes sociais, etc. – permeiam toda a narrativa de *Esaú e Jacó*, de forma que, por isso, ela se torna uma fonte riquíssima para a nossa análise. Neste romance, temos a oportunidade de acompanhar, na perspectiva do famoso personagem “Conselheiro Aires”, a história de dois irmãos gêmeos chamados Pedro e Paulo, filhos de Natividade. O conflito entre essas duas personalidades, idênticas em aparência física, mas completamente opostas em seus ideais políticos e pessoais, é o que dá o tom do romance realista. Enquanto Pedro cursa medicina e é um monarquista convicto, Paulo se apresenta como um bacharel em direito de cor nitidamente republicana. Para além de frequentarem o mesmo círculo familiar, os irmãos acabam se apaixonando pela mesma mulher,

<sup>2</sup> Como assinala Jean Pierre Chauvin, em introdução à obra *Esaú e Jacó* lançada pela Martin Claret em 2012, é traço característico do realismo machadiano a capacidade de representar “autênticos tipos sociais – por vezes, quase estereótipos” que “ora aproximavam seus atos e pensamentos da classe social a que pertenciam, ora revelavam a hipocrisia dos meios em que circulavam” (CHAUVIN *in* ASSIS, 2012, p. 12-3).



chamada Flora, o que acaba por completar os elos de afinidade e de rivalidade entre os dois.

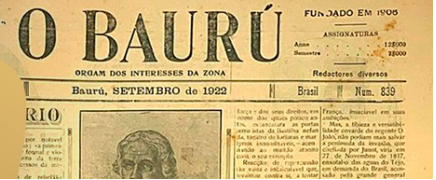
Dessa forma, ao longo do nosso trabalho, buscaremos propor um diálogo entre as duas formas de ver a obra machadiana que citamos antes. Tentaremos compreender as diferentes representações que Machado de Assis faz do povo, buscando nas entrelinhas da trama a existência desse estereótipo da “bestialização” descrito anteriormente, utilizando esse conceito nos moldes estipulados pelo historiador José Murilo de Carvalho. Os acontecimentos históricos, entremeados, como ressaltamos, na narrativa de Esaú e Jacó, também serão explicitados, de forma a tentar enriquecer a explicação da exclusão popular no regime republicano emergente por meio das alegorias e simbologias presentes na obra.

Além da análise do comportamento das massas a partir dessa obra machadiana, buscaremos correlacionar e explicar o afastamento do povo dos processos de mudança por meio da explicitação das diferentes concepções de “república” presentes à época, dando um enfoque especial à escola positivista, que formou o imaginário de boa parte dos militares que realizaram o movimento de 1889. A corrente militarista de viés comtiano, dentre as três ideologias que buscavam açambarcar o sistema monárquico e proporcionar uma mudança estrutural, é a única cujos líderes “não previam papel ativo para o povo na República” (CARVALHO, 2017a, p. 14), buscando uma forma de governo onde “o ditador republicano deveria ser representativo, mas poderia afastar-se do povo em nome do bem da República” (FAUSTO, 2004, p. 232), o que pode ter corroborado para essa ideia de inatividade social e de afastamento da sociedade civil.

É nesse último sentido que a nossa análise se torna relativamente importante. Se observarmos atentamente as últimas décadas, principalmente no meio historiográfico, veremos que foram levantadas inúmeras dúvidas sobre a participação popular na construção da República Brasileira, bem como sobre o sentido que essa palavra possuía para seus principais idealizadores do período. José Murilo de Carvalho, vanguardista no assunto<sup>3</sup>, talvez tenha sido um dos primeiros a lançar luz sobre essas questões, mostrando

<sup>3</sup> José Murilo discute o problema da ausência de participação do povo na história política brasileira – seja por inércia, seja por exclusão deliberada por parte da elite, seja por outros motivos – em seus principais livros. Citamos, a título de exemplo, “O Pecado Original da República (2017)”, “Os Bestializados: O Rio





que os ecos do projeto exclusivista dos positivistas, inaugurado em 1889, ressoam até os dias de hoje, onde ainda sentimos a tentativa de afastar a influência das massas nas decisões políticas e a constante falta de representatividade nas principais instituições do nosso país.

A bestialização brasileira, não raro, é também tema de debate em nosso contexto atual. A letargia do nosso povo é constantemente evocada, seja por aqueles que pretendem mobilizar o povo para a conquista de mais direitos ou para a participação ativa e consciente nas eleições, seja por aqueles que utilizam desse conceito como pretexto para a manutenção de visões dirigistas e intervencionistas, que mantêm as instituições nas mãos de uma elite específica e impedem a participação coletiva e democrática.

Para que esse nosso impenitente “pecado original” seja resolvido ou, pelo menos, revisto, é necessário, antes de tudo, compreender a origem dele, esmiuçar os diferentes componentes que condicionaram a criação dessas barreiras entre o Estado e o Povo, ressaltando, principalmente, os elementos ideológicos e sociais presentes em 1889 que levaram a esse desfecho. Tentaremos, dessa forma, enxergar na obra Esaú e Jacó, de Machado de Assis, a correlação entre esses dois elementos que citamos anteriormente – a bestialização e o plano positivista – e a forma com que cada um deles impactou as raízes de nosso regime político.

É no sentido de realizar essas propostas de reflexão de forma mais rigorosa e científica sem, no entanto, nos afastarmos dos ramos culturais e artísticos, que escolhemos utilizar a literatura como uma fonte histórica para a compreensão do início do período republicano. Como bem pontua Valdeci Borges, ancorado em pensadores como Roger Chartier e Jacques Le Goff:

No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que

---

de Janeiro e a República que não foi (1987)”, “Cidadania no Brasil: o longo caminho (2001) e “A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil (1990).



movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico (BORGES, 2010, p. 98).

Para desvelar o campo das representações e utilizar de forma correta o texto literário, seguiremos os passos metodológicos apresentados por Valdeci em seu artigo “História e Literatura: Algumas Considerações” (2014), trazendo, sempre que necessário, alguns elementos biográficos, literários e simbólicos – tidos para Borges como essenciais – para enriquecer e facilitar a “historicização” da obra Esaú e Jacó, tornando mais metódica a nossa visão analítica.

## O CONCEITO DE BESTIALIZAÇÃO

Entre os discursos dos agitadores políticos de nossa história, não raro encontramos algumas denúncias contra a inércia do povo, conclamando-o para o movimento, para o engajamento, para a participação efetiva, enquanto recebiam por resposta nada mais que o silêncio de uma população que não atendia aos seus ideais de atividade política. Raul Pompéia<sup>4</sup>, o célebre escritor e propagandista republicano, não muito tempo depois de Aristides, falaria especificamente sobre a capital do Brasil como uma cidade onde “o espírito público [...] é um ausente” (POMPÉIA *apud* CARVALHO, 2019, p. 65), como uma forma de mostrar sua desilusão.

À lista dessas duas figuras históricas acrescentam-se inúmeros outros republicanos que, refletindo posteriormente sobre a ocasião da própria Proclamação, trataram de caricaturar a reação do povo ao fatídico 15 de novembro. No jornal “O Paiz”<sup>5</sup>,

<sup>4</sup> Mais conhecido por seus romances realistas, como “O Ateneu (1888)”, Raul Pompéia (1863-1895) foi também jornalista e cronista nas páginas de alguns dos maiores periódicos do final do Império. Sem esconder seu espírito republicano e combativo, ainda sob o regime monárquico, teceu críticas vigorosas à Coroa e participou abertamente do movimento pela Abolição. Já na República, manteve suas colunas com inúmeros comentários sobre a cena política atuando, principalmente, no “Jornal do Commercio” – de onde surgiram suas colocações utilizadas aqui por nós.

<sup>5</sup> O jornal carioca “O Paiz” foi, durante o final do Império e o início da República, o periódico de maior circulação do país, chegando à marca de 62 mil exemplares diários – como ressaltado por Nelson Werneck Sodré em sua “História da Imprensa no Brasil” (1999, p. 285). Tendo como primeiro redator-chefe o baiano Rui Barbosa, o jornal passou, pouco tempo depois, às mãos de Quintino Bocaiuva, que deu a tônica



de Quintino Bocaiúva<sup>6</sup>, circulado no Rio de Janeiro, no dia 17 de fevereiro de 1890, vemos o colunista dizendo que o povo “assistiu extático e pasmo de surpresa ao movimento revolucionário de 15 de novembro”, que

viu tudo isso sem impulsos de reações; que aplaudiu, porque viu que aplaudiam, e que depois arrastou-se com a sua apatia até a casa de residência, onde com medo comentou o desmoronamento da monarquia diabética, sem compreender a estupenda evolução de sua pátria (O PAIZ, 1890, p.1).

Para além das literatices de Pompéia e de outros cronistas exaltados, parece nítido que os discursos que colocam os brasileiros como letárgicos ou “sem espírito”, como bem assinalou José Murilo, partem sempre de uma concepção bem restrita, ou, no mínimo, idealizada, do que deveria ser a ação política dos cidadãos fluminenses. Esses intelectuais, geralmente propagandistas e entusiastas de uma determinada corrente política, sonhavam e se inspiravam em movimentos estrangeiros – principalmente nos franceses e americanos – e pretendiam julgar nossos cidadãos oitocentistas de acordo com suas próprias visões do que era, de fato, “ser um cidadão ativo” na política.

Ao evadirem daquelas que eram as normas de comportamento esperadas pelos republicanos mais ardentes, as massas se transformavam, instantaneamente, em verdadeiras “bestas quadradas” ou em um conglomerado de “bestializados”, na acepção mais comum – não é à toa ou por acaso que as “críticas” ao estilo do Golpe de 1889 surjam, exatamente, da voz daqueles que pretendiam uma verdadeira “Revolução do Povo” à maneira francesa, com cidadãos nas ruas para derrubar a monarquia. Desse modo, se os cariocas não marchassem ao som da *Marselhesa*, decapitassem Marias Antonietas e derrubassem uma Bastilha a cada esquina, certamente seriam vítimas de críticas

aboliconista e republicana ao jornal (BRASIL, 2015), passando a contar com a colaboração de outros personagens prestigiados da elite “exaltada”, como Silva Jardim, refletindo, desse modo, o pensamento do grupo em suas páginas (PESSOA, 1973, p. 119). O público-alvo do jornal, até por sua alta vendagem, era bem amplo, e atraía, nesse contexto de disputas políticas no século XIX, grande parte dos interessados no assunto, já que “os leitores não liam simplesmente o jornal de sua confiança e sim liam os jornais” para confrontar as opiniões políticas dos redatores (PESSANHA, 2006, p. 44).

<sup>6</sup> Quintino Bocaiúva (1836-1912) foi um jornalista e político proeminente no debate nacional ao final do século XIX. Teórico e defensor do republicanismo, foi um dos fundadores do Partido Republicano (1870) e auxiliou na construção do Manifesto, que marcou a institucionalização dessa corrente política no seio do Império. Apoiador de uma visão mais “radical” da República, à maneira francesa, utilizou-se, muitas vezes, dos periódicos para disseminar suas visões dos acontecimentos políticos da época.



ardorosas de alguns colunistas republicanos, sendo taxados e colocados como nulos e inexpressivos por sua baixa adesão aos ideais dos propagandistas.

Mas se o povo não se revoltava, não agia, não participava de acordo com aquilo que os idealistas pensavam que eles deveriam agir, como a massa, de fato, se comportava? Quais são as situações e as ocasiões que faziam o povo ir às ruas, combater, enfrentar, questionar e, contra todos aqueles que o colocavam como inerte, enfrentar os problemas de maneira “ativa”, rechaçando a pecha de “bestializado”?

Raul Pompéia, mais uma vez com seu pessimismo desiludido com os brasileiros, diria que a “indiferença só [era] quebrada quando se sentiam atingidos diretamente na algibeira” (POMPÉIA *apud* CARVALHO, 2019, p. 65-6). O povo espontâneo, já nos últimos suspiros do período imperial, havia de fato demonstrado sua força na capital do país na Revolta do Vintém (1879), numa convulsão social que teria sua origem, exatamente, quando o governo imperial, durante o gabinete de Sinimbu, inventou de “meter a mão nos bolsos do povo”. Essa motivação “mesquinha”, no entanto, não foi a única que levou a população a manifestações mais efusivas desse tipo, onde os limites do tolerável para a calma haviam sido ultrapassados.

A Revolta da Vacina (1904) se caracteriza como mais um desses movimentos em que percebemos a participação ativa do povo, embora possua, ela mesma, características diferentes da do Vintém. Enquanto nesta as justificativas foram, por assim dizer, de cunho material – taxaço, impostos –, na Revolta da Vacina os discursos emitidos foram de caráter e origem moral, onde os cidadãos denunciavam que “suas honras estavam sendo violadas” ao terem suas casas invadidas, seus direitos suspensos e sua família obrigada a se submeter às diretrizes do Estado.

O que fica claro, ao menos a partir dessa breve recapitulação de algumas das ocasiões de revolta, é que

Quando parecia à população que os limites tinham sido ultrapassados, ela reagia por conta própria, por via de ação direta. Os limites podiam ser ultrapassados no domínio material, como nos casos de criação ou aumento de impostos, seja no domínio dos valores coletivos (CARVALHO, 2019, p. 131).

Longe de se comportar como inativo, o povo fluminense se revoltava, se engajava





e agia de forma livre e coletiva, desde que houvesse violações que ele entendesse como dignas de condenação violenta. As esferas morais e econômicas, portanto, surgiam, pelo menos durante esse curto período de três décadas iniciais do Regime Republicano, como as únicas que necessitavam de uma atenção mais cuidadosa da massa, que não poupava esforços para evitar sua transgressão.

Cabe saber, no entanto, por quais razões a população se mostrou, por um lado, tão intensa na defesa dos seus valores “morais e econômicos” e, por outro, tão “apática” quando o assunto era a política institucionalizada, a participação eleitoral no sistema republicano, como tanto queriam os defensores desse modelo de Estado. Para elucidar essa questão torna-se necessário compreender a forma com que os cidadãos viam e interagiam com as instituições, bem como qual era o tipo de República na qual eles viviam – e se ela permitia, de fato, uma participação do povo.

## O ESTADO E O POVO NA REPÚBLICA

Na concepção positivista – a corrente ideológica inspiradora de muitos dos nossos republicanos da ala militar, que fizeram 1889 – o povo, enquanto entidade organizada e, por assim dizer, “militante” pelos seus direitos, jamais teve espaço. Não ironicamente, como retrata a bibliografia especializada<sup>7</sup>, os marechais e oficiais, às vésperas da famigerada Proclamação, ocultaram-na deliberadamente do povo e daquelas figuras mais “jacobinas”, que queriam uma inundação da população nas instituições políticas e no próprio processo de constituição da *Res Publica*.

Parte desse alijamento nasce, sem dúvidas, da própria interpretação que os militares tiveram da figura que encabeçaria a consolidação desse novo regime: o Ditador Republicano<sup>8</sup>, pensado por Augusto Comte. Longe de ser a sociedade organizada a

<sup>7</sup> É nesse sentido que José Murilo de Carvalho (2019, p.) diz: “O radicalismo de Silva Jardim incomodava o grosso do partido e levou-o ao rompimento com a direção partidária. Foi-lhe até ocultada a data da revolta, e ele dela participou por acaso.” e que Pedro Calmon (1963, p. 1868) nos fala que “Republicanos da estatura de Silva Jardim foram surpreendidos, na rua, pelo fim do espetáculo”.

<sup>8</sup> É interessante o fato de que, pouquíssimo tempo após a instauração da República, dois dos líderes positivistas ortodoxos (Miguel Lemos e Teixeira Mendes) lançaram seu próprio projeto de Constituição,



produtora das instituições e a participe na constituição do seu corpo de representantes, a partir dessa visão ela seria apenas mais um elemento a ser conduzido e seu papel seria, por assim dizer, “inativo”, até mesmo na escolha de seu líder máximo de governo. Nesse sentido, a anulação do processo eleitoral e a ascensão de uma figura que, em teoria, representaria e agiria em nome todo o povo, limitava cada vez mais as ações dos cidadãos, que passavam a se desconectar das vias “naturais” de escolha democrática e a não se identificar com o modo de funcionamento do Estado. Como ressalta José Murilo,

Seja qual for o conteúdo preciso da expressão [ditador republicano], suas consequências para a ideia de representação e para a organização política republicana eram importantes. A ideia de representação embutida na figura do diretor se aproxima da representação simbólica, ou da representação virtual. Nessas duas acepções, o representante se coloca no lugar do representado, em relação ao qual possui grande independência (CARVALHO, 2017a, p. 22).

À figura ditatorial e à descrença nas vias eleitorais acrescentava-se ainda a própria ojeriza dos comtianos para com a “metafísica democrática”, vista, na concepção teleológica dos três estados<sup>9</sup>, como um dos estágios políticos a serem superados para a chegada do Estado Positivo. Tudo que se ligava, portanto, às crenças democráticas, à participação do *Demos* na construção do governo republicano, era visto não só com ressalvas, mas até com certa repulsa pelos positivistas, que buscariam podar esses elementos intrusivos com a ideia de uma república ditatorial. Nesse sentido, diz Oliveira Viana, separando os positivistas dos republicanos liberais:

chamada “Bases de uma Constituição Política Ditatorial Federativa para a República Brasileira”, onde não só propunham a permanência de uma figura ditatorial como centro da organização política nacional até a chegada do “Estado Positivo”, como tornavam-na uma “ditadura vitalícia, semelhante à dos cézares romanos, quanto ao modo de sucessão”, organizada em um “presidencialismo puro”, assistindo por uma “assembleia puramente orçamentária” (TORRES, 2018, p. 268). Embora não adotada em 1891, nos parece evidente que traços da mentalidade positivista tenham permanecido nessas primeiras décadas da República, legitimando de forma mais ou menos racional a estrutura ditatorial e exclusivista, como tratou de pontuar de forma ácida Eduardo Prado, ao dizer que “A tirania que eles exercem necessita de um apoio moral, e a ditadura julga encontrá-lo no pedantismo da clerezia positivista” e que “No Brasil, os positivistas de seita aplaudem esse despotismo” (PRADO, 2014, p. 34).

<sup>9</sup> Para Augusto Comte, como explícito em seu “Cours de philosophie positive”, publicado em 1830, o desenvolvimento dos sistemas políticos ao longo da história poderia ser caracterizado em três estados: o estado teológico, o estado metafísico e o estado positivo.



estes eram, antes de tudo, democratas, e os positivistas, no idealizarem a sua organização republicana não eram propriamente isto, não pareciam cortejar o elemento democrático; pelo menos, no tipo de governo que concebiam, a democracia não ocupava um grande lugar; pode-se dizer mesmo que tinha pouco que fazer. Eles tinham em suspeição as maiorias populares e mesmo as maiorias parlamentares; faziam o possível para evitar a intervenção da democracia nos negócios do Governo (VIANA, 2014, p. 71).

E continua:

O governo do seu sonho, o governo ideal, o governo perfeito era a República Ditatorial, de Comte – e não a República Democrática, de Ledru-Rollin: por isso, achavam que, na elaboração da Constituição Republicana, não se devia apelar para “o perigoso recurso de uma Assembleia Constituinte” – e era o próprio Governo quem a devia decretar. O resultado final para onde devia tender o seu sistema de governo era a constituição de uma sorte de mandarinato intelectual, uma oligarquia de sábios e filósofos, e não o domínio absurdo do Demos, o governo das maiorias populares (VIANA, 2014, p. 71).

Para além desse papel quase paternalista do Ditador e da filosofia positiva, que inutilizava a voz do povo “para o bem da República” e mantinha a população a uma distância higiênica do poder, a persistência da restrição do direito de voto (limitado a uma pequena e específica camada popular), juntamente com os inúmeros processos de fraude eleitoral típicos do período, acabavam por deslegitimar quase que totalmente essas instituições tidas como “democráticas” e acessíveis às já escassas influências populares.

Se observarmos rapidamente a trajetória do direito ao voto no Brasil até o início da Primeira República, perceberemos que a ampla participação popular, sem quaisquer apeios ou entraves, dificilmente encontrou espaço nas instituições. Se, até 1881, o processo eleitoral brasileiro manteve-se no mesmo nível de outras grandes democracias ocidentais – com uma alta participação, chegando à porcentagem de 50% de votantes entre a população masculina adulta (GRAHAM *apud* CARVALHO, 2012, p. 31) –, mantinha-se ainda a exclusão de grande parte do povo, já que escravos e mulheres, nesse contexto, eram impedidos de exercer seus direitos políticos.

No entanto, apesar do número entre homens ser alto, a qualificação desse eleitorado e, conseqüentemente, a sua independência no exercício da cidadania, ainda nesse período (1824-1881), é extremamente duvidosa. Para assinalar isto, basta lançar um



leve olhar para o nível de alfabetização dos eleitores, além de perceber o início de um problema gravíssimo que perduraria durante um longo período da nossa história: a alienação e a coerção dos votantes. Como assinala José Murilo:

Mais de 85% [dos votantes] eram analfabetos, incapazes de ler um jornal, um decreto do governo, um alvará da justiça, uma postura municipal. Entre os analfabetos incluíam-se muitos dos grandes proprietários rurais. Mais de 90% da população vivia em áreas rurais, sob o controle ou a influência dos grandes proprietários. Nas cidades, muitos votantes eram funcionários públicos controlados pelo governo (CARVALHO, 2012, p. 32).

O processo democrático, já cambaleante diante das barreiras impostas, sofria ainda constrangimentos mais graves, sendo o recurso à violência abertamente empregado em inúmeras eleições – tudo isso ocorrendo nas Paróquias, já que eram os estabelecimentos escolhidos para a realização da votação. Desse modo é que Victor Nunes Leal, historiando o voto brasileiro, nos diz que

A esse tempo, os delegados e subdelegados de polícia eram meras criaturas do poder central [...] Sua influência na qualificação dos votantes deu lugar, assim, à mais desembaraçada violência, corrompendo violentamente o resultado dos pleitos (LEAL, 2012, p. 207).

Após a reforma eleitoral de 1881, construída durante o gabinete Saraiva (1880-1882) para tentar acabar com os abusos e qualificar os votantes, o resultado não melhorou. Se, por um lado, a lei estabeleceu as eleições diretas, evitando, desse modo, algumas fraudes ocorridas anteriormente, ela instituiu a necessidade da alfabetização para o exercício do direito, o que acabou por excluir a imensa maioria dos votantes homens, diminuindo mais ainda a participação popular.

Com o começo da República, a situação pouco mudou. Indo na contramão daquelas ideias de ampla participação popular, de tomada das instituições pelo povo, as exclusões se mantiveram por um tempo considerável, agravando mais ainda o legado exclusivista vindo do Império. Sobre isso, afirma José Murilo que

[...] pouca coisa mudou com o novo regime [...] a principal barreira ao voto, a exclusão dos analfabetos, foi mantida. Continuavam também a não votar as





mulheres, os mendigos, os soldados, os membros das ordens religiosas (CARVALHO, 2012, p. 40).

A consequência quase que natural dessa quádrupla exclusão – do afastamento na construção da Proclamação e do governo, na escolha do líder da República, no acesso do direito ao voto e na alienação do processo eleitoral – seria o inevitável desaparecimento dos cidadãos organizados e engajados nas instituições oficiais e, até mesmo, como pudemos perceber anteriormente no breve estudo das revoltas, a total indiferença com tudo aquilo que não ferisse as duas esferas de real valor para o povo. Para além de serem vistos como “impenetráveis” ou como redutos de uma elite inalcançável, os postos, os assuntos políticos e a própria instituição do Estado representativo se tornaram indiferentes para a população que, quando se sentia violada, ia diretamente às ruas e não buscava mais a via das eleições – para desespero dos idealizadores da participação das massas.

## MACHADO DE ASSIS E A REPÚBLICA DAS LETRAS

Antes de adentrarmos na interpretação histórica do romance, articulando os dois tópicos elaborados anteriormente, vale a pena realizar um breve passo atrás, trazendo para a nossa leitura da obra machadiana as diretrizes metodológicas necessárias. Começemos, portanto, com a primeira recomendação de Borges (2010, p. 99), que nos alerta para a importância de compreender “como o autor, escola e gênero de texto literário concebem a produção artística”.

O realismo machadiano, como uma adaptação tropical do realismo francês de Flaubert, passa por uma construção literária intimamente ligada à preocupação de “problematizar o universo vivido pelas personagens” (CHAUVIN *in* ASSIS, 2012, p. 11), não só com a intenção de mostrar aqueles estereótipos sociológicos que comentamos anteriormente, mas com intenções que revelam a “hipocrisia nos meios em que circulavam” (CHAUVIN *in* ASSIS, 2012, p. 11).

O desvelamento das hipocrisias do Rio de Janeiro oitocentista, no caso de Machado, é elevado ao ponto da ironia, recurso quase que inerente à sua escrita. O desdém



para com os acontecimentos políticos, que deram ao “Bruxo do Cosme Velho” o epíteto de “absenteísta, que nunca se quis preocupar com política, que viu a Abolição e a República como quem assiste a espetáculos sem maior interesse” (PEREIRA, 1988, p. 64), revela parte de seu perfil biográfico, de seu pessimismo e de seu ceticismo irremediável para com a própria natureza humana<sup>10</sup>, contrastando com seus pares de época, como Pompéia, que, tomado de uma fé que Machado nunca teve, se envolvia abertamente com os entreveros partidários e ideológicos do século XIX.

Esse afastamento de Machado não quer dizer, necessariamente, que ele não representasse esses temas em suas obras, mas que sua escrita reflete um tipo específico de representação (carregada de elementos subjetivos e pessoais) que difere de outros escritores da época. Essa visão, de uma leitura interpretativa dos acontecimentos históricos muito particular – exatamente por ser desvinculada das “fés” políticas, religiosas ou ideológicas próprias do fim do século XIX –, se torna particularmente interessante, pois mostra com relativa crueza e acidez certos pontos importantíssimos que são desconsiderados em outros romancistas.

Os traços pessoais de Machado e de sua escola literária revelam, desse modo, o tipo de representação que encontraremos em Esaú e Jacó e respondem, ao menos inicialmente, ao questionamento metodológico de Borges. Veremos nessa obra, portanto, uma representação com um esboço realista, que mostra “os sentimentos amargos e, via de regra, certo fatalismo” (BOSI, 2021, p. 183) crítico nas relações humanas e nos acontecimentos. O seu realismo, nutrindo uma aproximação intimista com sua personalidade irônica e descrente, avessa às políticas partidárias, dada apenas à sua própria República das Letras (PEREIRA, 1988), desvela elementos característicos das classes sociais do Império – e da nascente República – que geralmente são ocultados ou passam despercebidos por outros literatos.

Quanto à segunda recomendação metodológica de Barros, de “tomar a literatura a

<sup>10</sup> Quanto à origem do seu pessimismo e da sua ironia, traço marcante de sua obra, há diferentes interpretações dos seus biógrafos e críticos. Alguns, como Otto Maria Carpeaux (2012), o atribuem às leituras dos autores ingleses, refinados no humor sarcástico, e à leitura de Schopenhauer -- autor especialmente querido de Machado --, quando não à sua própria origem e condição social. A leitura de Lúcia Miguel Pereira (1988) parece ir mais ou menos no mesmo sentido, agregando à interpretação de Carpeaux os dramas pessoais de Machado, como suas doenças e perdas, que assolaram o autor durante boa parte da vida.



partir do tempo de sua escrita, do autor e da época em que foi produzida” (BORGES, 2010, p. 10) como uma forma entender os motivos que levaram o autor a escrever sobre esse determinado tema, parece que pode ser respondida de forma relativamente rápida.

Machado (1839-1908), como um autor que atravessou boa parte século XIX e adentrou o século XX, observou de perto as grandes transformações sociais e políticas de sua época e, embora não tenha emitido juízos de forma clara, por motivos de indiferença já explicitados, representou várias delas em seus escritos, incluindo em *Esaú e Jacó*, já que foram suas próprias experiências de vida e se tornaram, por isso, materiais para sua imaginação literária. Seu lugar de nascimento e vivência, a capital urbana e cosmopolita do Império (Rio de Janeiro) e do início da República, também se tornou o panorama favorito para os seus romances e contos que, em sua maioria, se passam pelas antigas ruas, vielas e morros cariocas.

Parece natural, portanto, que Machado escrevesse sobre o fim do século XIX, já que este foi o auge de sua maturidade intelectual, de sua experiência social e biográfica. *Esaú e Jacó*, obra escrita em 1904, com um certo tempo de elaboração, partilha, portanto, das mesmas características, dos mesmos elementos sócio-históricos e dos mesmos questionamentos políticos que marcaram a década de 1890 e o início de 1900 – a queda da Monarquia, a Proclamação da República, o comportamento do povo, etc. – podendo ser considerada uma ótima fonte exatamente por isso, por refletir sobre os acontecimentos históricos pouquíssimo tempo após suas realizações.

Por fim, resta esclarecer, mesmo que de forma breve, qual era o público-alvo de *Esaú e Jacó* e, além disso, quais foram os meios de divulgação da obra, pois esses pontos nos auxiliam a compreender quem eram, de fato, os interlocutores de Machado, a quem interessava esse tipo específico de literatura e como isso impactou a forma de escrita do autor, pois, embora não seja esse o nosso enfoque com o artigo, ainda torna-se necessário pontuar quaisquer elementos que possivelmente impactaram a elaboração da obra.

Como bem ressaltou Hélio de Seixas Guimarães, em sua obra “Os Leitores de Machado de Assis: O romance machadiano e o público de literatura no século XIX (2001)”, o público leitor brasileiro no final do século era escasso, minguaado, reduzido a uma pequena parcela dentro de um círculo ainda menor da elite econômica (geralmente as mulheres e os estudantes). Essa condição, advinda, principalmente, do alto índice de



analfabetismo da época, levou os autores – inclusive Machado – a priorizar a criação de personagens desse tipo (como Flora e Natividade, Pedro e Paulo), que pudessem representar as angústias e as vivências dessas classes sociais, facilitando a comunicação e a conexão entre o autor e o leitor<sup>11</sup>.

Mais um ponto em que o impacto do analfabetismo faz-se sentir é no tipo de escrita que Machado adota em *Esaú e Jacó*: simples, clara e objetiva, com a intenção de facilitar não só a leitura particular, mas também de tornar possível a leitura em voz alta – costume comum no Império – que possibilitava, ainda que com resultados duvidosos, o aumento do público interlocutor e da disseminação da obra.

Outros mecanismos que impulsionaram a divulgação, foram, sem dúvida, as resenhas e comentários de críticos literários renomados vinculados a jornais populares, como Oliveira Lima e José Veríssimo (GUIMARÃES, 2001, p. 210), que deram foco ao já consagrado Machado, além do próprio espaço de exposição privilegiado que o autor carioca possuía nas livrarias da então capital.

## OS REPUBLICANISMOS EM ESAÚ E JACÓ<sup>12</sup>

Nas três décadas finais do Império brasileiro, principalmente após a cisão e a

<sup>11</sup> Mais uma prova dessa correlação entre as classes sociais leitoras e as obras de Machado está, justamente, nas inúmeras tentativas de comunicação que os narradores fazem ao longo dos romances, sempre citando: “talvez a leitora” (ASSIS, 2012, p. 42) ou “para não enfadar a leitora” (ASSIS, 2012, p. 57), etc.

<sup>12</sup>

Neste capítulo faço um apanhado geral, uma síntese das correntes republicanas presentes à época, apresentando a visão mais ou menos consensual entre os historiadores. A tripartição do republicanismo pode ser encontrada em Boris Fausto (2004), quando afirma que “Os representantes políticos da classe dominante das principais províncias [...] defendiam a ideia da República federativa, que asseguraria um grau considerável de autonomia às unidades regionais” (p. 245) e que “outro setor importante da República foi o dos militares [...] que haviam frequentado a Escola Militar e recebido a influência do Positivismo [...]” (p. 246), além dos “partidários da República liberal (p. 249)”. José Murilo de Carvalho (2017a e 2017b) vai no mesmo sentido. Pedro Calmon, no quinto tomo de sua “História do Brasil (1963)”, faz não só a classificação das três correntes, como também assinala a confluência de cada uma delas na Proclamação ao dizer que “O decreto número um antecipara-se à discussão sobre a forma do Estado, criando a República federativa à semelhança dos Estados Unidos”, que “a Revolução Francesa [foi] o seu exemplo” e que “o positivismo [foi] a doutrina de alguns dos seus próceres” (1963, p. 1872). Rocha Pombo, também no volume V de sua “História do Brasil (1959)”, faz essa distinção, embora de forma mais simples, classificando as correntes em duas: uma mais “liberal” – sem distinguir entre federalistas à americana e jacobinos – e uma favorável à permanência da ditadura republicana – militares/positivistas.





radicalização ocorrida no Partido Liberal em 1868, podemos observar o surgimento de novos núcleos ideológicos e partidários desgarrados daquela velha dicotomia Liberal-Conservadora que vigorava até então. As ideias republicanas, nessa circunstância, começaram a ganhar relativa força, embora permanecessem, até 1889, reclusas aos antros das elites urbanas, geralmente ligadas a determinadas classes sociais, como a dos estudantes, jornalistas, intelectuais e militares.

Essa conjuntura, de relativa descrença e indiferença de certos setores da sociedade para com as instituições monárquicas, deu espaço para o surgimento não só de uma corrente antagônica à figura do Monarca e dos partidos parlamentares, mas de várias – daí a ideia de “republicanismos” para abarcar a complexidade ideológica desse período.

Nessa efervescência republicana – efervescência, ressaltamos, muito mais localizada que generalizada, muito mais em certa parte da elite que no povo – dá-se o surgimento de três concepções mais ou menos distintas de como a República deveria ser, de quais princípios deveriam sustentá-la, bem como da forma com que ela deveria ser erigida após o decaimento da Monarquia, que era tido como inevitável por esses ideólogos, principalmente após a Abolição em 1888 e a crescente tensão da Questão Militar.

A primeira concepção, de um federalismo à americana<sup>13</sup>, de certa maneira vitorioso com a constituição de 1891, pregava a República como uma forma de se livrar dos laços centralizadores da Monarquia e do próprio monarca, com um subsequente fortalecimento dos Estados. A inversão do polo de poder e de controle político, saindo dos raios de influência da Corte para o florescimento nas unidades provinciais – ou, futuramente, federativas –, era a principal bandeira dessa vertente, que via nesse movimento a possibilidade de tomar para si a direção das províncias, fortalecendo as oligarquias econômicas presentes em cada uma delas, ao mesmo tempo em que possibilitava a manutenção da ordem, evitando abalos indesejáveis.

O segundo republicanismo, este mais ligado ao círculo de jornalistas e de jovens

<sup>13</sup> Há que se fazer ressalvas quanto à ideia de que a descentralização ou a federação dos Estados, semelhante ao modelo americano, era um princípio defendido apenas por oligarcas estaduais republicanos – e nem é isso que ousamos dizer aqui. Rui Barbosa, por exemplo, defensor impenitente da federação, pensava ela até mesmo como ligada ao aparato monárquico – daí a sua máxima, ressaltada por Oliveira Viana, de “Federação, com ou sem Coroa” (VIANA, 2014, p. 89)



estudantes, era o dito “jacobino” ou “radical”, nascido dos ecos tardios da Revolução Francesa deste lado do Atlântico. As bandeiras desses jacobinos tropicais, nesse sentido, se assemelhavam muito às de 1789: os mesmos clamores pela liberdade, pela igualdade e, principalmente, pela participação popular, pela inundação do povo na República.

A apropriação dessas ideias francesas chegava, por vezes, é verdade, ao ponto extremo da apropriação dos símbolos franceses, como no caso da referência constante à *Marselhesa*, ao modo com que a República deveria ser proclamada e à própria idealização do modo de cidadania e de povo que o Brasil deveria ter – dessa discrepância idealizada e dessa comparação entre o povo francês e o brasileiro é que nasce, como dissemos anteriormente, a ideia de “bestilização”.

A terceira visão republicana, já muito explanada por nós aqui, é a positivista, que encontrou seu núcleo de apoio, exatamente, nas classes militares intelectualizadas do nosso país. Esse pensamento, em terras brasileiras, vale ressaltar, se diversificou, ganhando basicamente três interpretações diferentes: a ortodoxa, caracterizada pela adoção integral das obras de Comte, inclusive de sua doutrina religiosa e de sua Religião da humanidade (posição de Teixeira Mendes e de Miguel Lemos); a dissidente ou “sectária”<sup>14</sup>, encabeçada por Benjamin Constant, que aceitava inúmeras doutrinas tanto da filosofia positiva quanto da religião, mas que era “herética”, no sentido de escolher os pontos em que acreditaria, rechaçando, inclusive, o antimilitarismo da doutrina de Comte; e a última, a *littreirista*, totalmente antireligiosa, adepta somente da filosofia das ciências proposta pelo francês.

O maior embate no seio dessa ideologia se deu, de fato, entre as duas primeiras concepções, com a condenação do “positivismo incompleto” de Constant pelos apóstolos da Igreja Positivista do Brasil. O que mais incomodava M. Lemos e Teixeira Mendes, como literalistas inflexíveis das obras comtianas, era o fato de Benjamin, embora se declarasse integralmente como positivista, fosse ele próprio um militar de grande

<sup>14</sup> Não são todos intérpretes do positivismo que tratam Constant como dissidente ou como pensador heterodoxo das doutrinas de Comte, como faz Torres (2018). Ivan Lins, sendo ele próprio um seguidor do comtismo integral, diria, em obra já consagrada sobre a questão, que Benjamin “aderira integralmente à obra de Augusto Comte, embora não pertencesse à Igreja Positivista do Brasil” (LINS, 1964, p. 36) e que “não se pode, como vulgarmente se faz, restringir a denominação de ortodoxos para designar apenas os discípulos de Comte que se subordinavam à direção de Miguel Lemos” (LINS, 1964, p. 36).



influência, o que causaria um evidente conflito com a doutrina da humanidade, que era, por essência, antimilitar. Esse conflito se estendeu até na própria visão de República que, para os ortodoxos, seria uma evolução natural e não-revolucionária, dirigida pela lei dos três estados e que, para Constant, poderia ser adiantada por um processo de derrubada do Estado teológico-metafísico que era o Império do Brasil.

Esse rompimento entre os três grandes nomes do movimento positivista no Brasil, no entanto, durou pouco, pois, como tratou de pontuar João Camilo de Oliveira Torres, embora o modo com que a República fora proclamada incomodasse a ortodoxia dos apóstolos, o fato era que a República significava uma evolução quando comparada ao estágio político anterior e que, querendo ou não, ela fora encabeçada por um positivista assumido. Como disse Torres,

Veio depois a República, proclamada por inspiração de um positivista dissidente – Benjamim Constant [...] Os corifeus do apostolado positivista tinham rompido com ele. Com o advento da nova forma de governo, o apostolado foi incorporado para cumprimentar o novo ministro de Guerra. A república fora feita por um positivista, que, apesar de herege, era discípulo de Comte. Logo fora feita *pelo positivismo* (TORRES, 2018, p. 83)

Essa breve recapitulação dos republicanismos brasileiros mostra a complexidade e a efervescência político-intelectual que o Brasil vivia ao findar do século XIX. Mas como essas correntes de pensamento foram representadas em Esaú e Jacó? Como a narrativa machadiana constrói as empolgações, as decepções e o pensamento dos diferentes republicanos que viveram no período? Em quais “tipos sociológicos” e classes sociais eles se encaixam?

Na narrativa de Esaú e Jacó, como colocamos na introdução, acompanhamos a vida e os pensamentos do republicano Paulo, irmão gêmeo do monarquista Pedro. A figura de Paulo é construída, desde a juventude, como a de um jacobino exaltado, empolgado pelas ideias revolucionárias, pelo modelo francês de 1789 e, no limite, até pelos Estados Unidos da América.

Nos capítulos iniciais, intitulados “Robespierre e Luís XVI” e “A luta dos retratos”, vemos o embate imaturo entre os dois irmãos, onde Paulo, respondendo ao questionamento de seu irmão sobre as razões de uma pintura de Robespierre ser mais cara que a de Luís XVI, diz, contrapondo a resposta do vendedor (que havia dito que uma



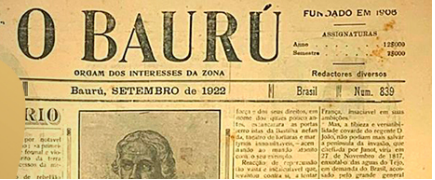
custara mais que a outra por conta da idade do retrato) que “Lá isso, não [...] São do mesmo tempo; mas é que este vale mais que aquele” (ASSIS, 2012, p. 69).

É interessante ressaltar, para além das “cutucadas” de Pedro em Paulo e da demonstração do seu jovem republicanismo, o fato de que o vendedor se mostra uma pessoa totalmente alheia aos entrelagos políticos, preocupada apenas com o seu retorno econômico, não com qualquer importância histórica daquelas figuras ou com os ideais que cada uma representava naquelas circunstâncias – esse “estereótipo”, do vendedor alheio às questões políticas, mas “preocupado com o seu bolso”, aparece em outro momento da narrativa, e se mostra, para nós, como uma peça importante para compreender as visões machadianas. O vendedor, esquivando-se ao questionamento de Pedro, que havia dito: “Então o senhor vende mais barato um rei, e um rei mártir?” (ASSIS, 2012, p. 69); responde: “Há de perdoar, mas é que esta outra gravura custou-me mais caro [...] Nós vendemos conforme o preço da compra” (ASSIS, 2012, p. 69) e “Que eu de histórias, apenas conheço a dos mouros que aprendi na terra com a avó” (ASSIS, 2012, p. 69).

Não é possível deixar de ressaltar certa semelhança no comportamento desse vendedor com as ações do povo nas últimas décadas do Império e do começo da República. Como dissemos no início do artigo, embasados nos exemplos das revoltas populares, as únicas esferas de valor que realmente importavam aos populares eram as “econômicas e morais”, dado o afastamento deles das próprias instituições políticas. O vendedor, nesse sentido, representa, para nós, o povo – afastado das discussões partidárias e interessado em suas esferas individuais –, enquanto os dois irmãos representam, cada um, uma parcela da alta sociedade imperial: afastados da população, por serem filhos da elite política carioca, e devotados apenas às questões puramente políticas, sem compartilhar dos problemas e anseios do povo.

A correlação de Paulo com sua origem social e, em certo sentido, até com a profissão que acaba por adotar com o decorrer do romance, tem um fundo histórico singular, não sendo escolhido de forma despropositada por Machado. Logo ao completar a maioridade, como uma forma de esfriar os conflitos constantes com seu irmão, o republicano é enviado para São Paulo, para cursar advocacia. De sua estadia nessa província, saem alguns de seus libelos exaltados contra a monarquia e em favor da





instituição imediata da República, que chegam aos ouvidos de sua família, que ainda residia na capital imperial.

Em visita aos familiares e, especialmente, à figura do Conselheiro Aires, Paulo é chamado a explicar um de seus excertos que seria publicado em um jornal paulista. Machado descreve o acontecimento dessa forma:

Paulo leu o artigo. Tinha por epígrafe, isto de Amós: “Ouvi esta palavra, vacas gordas que estais no Monte de Samaria...” As vacas gordas eram o pessoal do regime, explicou Paulo. Não atacava o imperador, por atenção à mãe, mas com o princípio e o pessoal era violento e áspero. Aires sentiu-lhe aquilo que, em tempo, se chamou “a bossa da combatividade”. Quando Paulo acabou, Pedro disse em ar de mofo: -- Conheço tudo isso, são ideias paulistas (ASSIS, 2014, p. 103).

A fala final de Pedro, o monarquista irmão de Paulo, é bem sugestiva quanto ao local de origem ou, pelo menos, de disseminação das ideias republicanas durante o Império. Como nos revelou Oliveira Viana (2014), em livro já consagrado sobre o assunto, a província paulista foi a de maior impulso republicano, tanto de uma vertente mais jacobina quanto de um federalismo ao molde americano, possuindo, inclusive, uma numerosa rede de periódicos exaltados. Sua idade e sua área de atuação profissional também são, ao que parece, elementos significativos para a construção desse autêntico “tipo social” que era o republicano Paulo, já que a maioria dos adeptos desse pensamento eram os famigerados “bacharéis” de direito – como Pompéia – e, em geral, jovens de seus vinte e poucos anos.

Outros trechos, espalhados pelo romance, ajudam a caracterizar não só esses estereótipos, mas também a enxergar os diferentes republicanismos presentes durante a Proclamação, a convergência deles no festejo da mudança do Regime e, ainda, a desilusão de alguns após pouco tempo da instauração nova configuração política.

O capítulo “A Noite Inteira”, que narra a comemoração de Paulo após a descoberta da Golpe, é particularmente icônico quanto aos pontos levantados anteriormente. Explicando o êxtase do personagem, narra Machado:

Saindo de casa, Paulo foi à de um amigo, e os dois entraram a buscar outros da mesma idade e igual intimidade. Foram aos jornais, ao quartel do Campo, e passaram algum tempo diante da casa de Deodoro. Gostavam de ver os soldados, a pé ou a cavalo, pediam licença, falavam-lhes, ofereciam cigarros.



Era a única concessão destes; nenhum lhes contou o que se passara, nem todos saberiam nada [...] Propôs cantarem a Marselhesa; outros não quiseram ir tão longe, não por medo, senão de cansados (ASSIS, 2014, p. 151).

Em outro ponto, quando o nosso republicano começa a repensar o acontecimento, diz o seguinte:

Como diabo é que eles fizeram isto, sem que ninguém desse pela coisa? – refletia Paulo. – Podia ter sido mais turbulento. Conspiração houve, decerto, mas uma barricada não faria mal. Seja como for, venceu-se a campanha. O que é preciso é não deixar esfriar o ferro, batê-lo sempre, e renová-lo (ASSIS, 2014, p. 153).

Esses dois trechos são particularmente interessantes pois nos revelam aspectos reais do acontecimento do 15 de Novembro. Quanto à primeira citação, fica claro que, embora houvesse dois tipos de republicanismos presentes na Proclamação, um que a fez (o militar/positivista) e o outro que assistiu ou pouco influenciou (o jacobino), ambos comemoraram a mudança do Regime. A segunda passagem, que narra a reflexão de Paulo sobre o Golpe, caracteriza de forma primorosa o descontentamento dos jacobinos para com a forma com que se deu o surgimento da República: sem sangue, sem barricada e, em última instância, sem povo.

Nos momentos finais do romance, esse descontentamento de Paulo, que se achava ainda pouco tempo após a Proclamação, fica mais intenso, mais vívido, de forma que ele chega a lamentar o jeito dos acontecimentos de 1889. Se no início do movimento ele tinha um comportamento de entusiasmo, mas com ressalvas, já que “havia feito a República, posto que incompleta, sem certas ideias que expusera e defendera” (ASSIS, 2014, p. 157), ao decorrer de poucas páginas e de um curto tempo, o narrador pontuaria

A oposição de Paulo não era ao princípio, mas à execução. Não é esta a república dos meus sonhos, dizia ele, e dispunha-se a reformá-la em três tempos, com a fina-flor das instituições humanas, não presentes nem passadas, mas futuras (ASSIS, 2014, p. 157).

Portanto, o que fica claro com a análise desses trechos do romance são os seguintes pontos: havia, de fato, diferentes republicanismos à época da Proclamação da República e estes foram representados, nas suas angústias, nos seus movimentos e desilusões por



Machado; a vitória do Regime Republicano, de viés mais militarista e sem o povo, ao mesmo tempo em que foi comemorado pelas demais correntes antimonárquicas, foi lamentada pelos mesmos personagens pela forma de sua “execução”, já que “a expectativa inicial, despertada pela República, de maior participação, foi sendo assim sistematicamente frustrada” (CARVALHO, 2019, p. 35); o povo, enquanto representado pelo vendedor, permaneceu sempre ligado às esferas de valor moral e econômico que sempre defenderam, ficando totalmente indiferentes quanto às rusgas políticas do período e revelando um

abismo existente entre os pobres e a República [que] abre fecundas pistas de investigação sobre um mundo de valores e ideias radicalmente distinto do mundo das elites e do mundo dos setores intermediários (CARVALHO, 2019, p. 30).

Paulo, ainda que bem intencionado, querendo a invasão do povo na República e sofrendo pelos rumos que o governo militar-positivista estava tomando, ainda padecia do mesmo problema que estes: ser fruto de uma elite que não compreende as angústias do povo e que pretende julgá-lo a partir da sua própria idealização de como ele deveria agir – daí seu lamento quase cômico de “não ser esta a república dos meus sonhos” (ASSIS, 2014, p. 229).

## A BESTIALIZAÇÃO DO POVO NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM ESAÚ E JACÓ

A Proclamação, dentre os momentos de nossa história que o povo foi caracterizado como “passivo”, talvez seja o mais icônico e simbólico, exatamente por immortalizar, nas frases dos cronistas e políticos da época, a contradição evidente entre a instauração de um regime que se pretendia “popular” – pelo menos de acordo com a visão liberal de república – e a total indiferença dos cidadãos para com o acontecimento extraordinário.



A “bestialização” que, como comentamos anteriormente, adquiriu, naquele contexto específico, a tonalidade de uma idealização sobre o povo, passou a se tornar o discurso hegemônico, inclusive entre historiadores que, apesar de reproduzirem os discursos de que “o povo assistiu àquilo bestificado” (LOBO *apud* CALMON, 1963, p. 1868), não se propuseram a interrogar a origem desse discurso, bem como as razões pelas quais o povo teria permanecido apartado daquele 15 de novembro de 1889.

Foi somente com os trabalhos historiográficos do final do século XX, cujo maior expoente seja, talvez, o livro “Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi” (1987), de José Murilo de Carvalho, que novas dúvidas com relação à “bestificação” do povo passaram a surgir, revelando não só a origem sociológica desse discurso e a consequente visão de mundo embutida nele, como também levantando novos questionamentos sobre os motivos de o povo não ter participado efusivamente na Proclamação, mas ter se expressado de formas alternativas quando suas esferas de valores foram realmente invadidas.

Essas novas visões possibilitaram, acima de tudo, a construção de novas representações sobre a população carioca no início da República. Não mais “bestializado”, “atônito” ou “confuso”, o povo passou a ser entendido como um fruto daquelas circunstâncias históricas, como descrente diante do longo histórico de exclusão, como realista por perceber que as instituições, tanto imperiais quanto republicanas, não possibilitavam a expressão e a representação dos seus valores. A população, portanto, agia, sim, sempre que necessário, sempre que entendia que suas convicções morais e seus interesses econômicos estavam sendo violados, mas não por vias eleitorais convencionais.

O entendimento de que o povo reclamava quando atingido em alguns pontos específicos, no entanto, não nos parece algo novo, algo que tenha nascido com a revisitação historiográfica do século XX. Machado de Assis, em *Esaú e Jacó*, talvez por sua visão desapaixonada e descrente da política partidária, bem como por seu realismo já explicitado por nós, chega mais ou menos às mesmas considerações e revela uma visão alternativa aos discursos idealizados da época.

O primeiro trecho do romance que, quando analisado mais detidamente, desvela a indiferença do povo com a política institucionalizada e, por outro lado, revela a valorização de uma esfera de vida “moral”, no sentido de ligada às afeições pessoais, se



dá no capítulo XL, nomeado de “Recuerdos”. Estando um dos personagens principais, o Conselheiro Aires, na casa de uma velha amiga chamada Carmem, iniciou-se um burburinho na rua e dá-se o seguinte diálogo:

–“Que rumor é este, Carmén?” – perguntou ele entre duas carícias. – “Não se assuste, amigo meu; é o governo que cai.” – “Mas eu ouço aclamações...” – “Então é o governo que sobe. Não se assuste. Amanhã é tempo de ir cumprimentá-lo” (ASSIS, 2012, p. 97).

E, em seguida, complementa o narrador:

A ascensão de um governo, -- de um regime que fosse, -- com as suas ideias novas, os seus homens frescos, leis e aclamações, valia menos para ele que o sorriso da jovem comediante (ASSIS, 2012, p. 97).

Conciliados os dois trechos, os comportamentos de Aires e de Carmem vão exatamente ao encontro das condutas do povo à época: desconectados da política “oficial” e pública, indiferentes aos regimes, o que mais importava para eles era, simplesmente, a permanência da vida cotidiana, sem quaisquer abalos ou incômodos causados por agitações – daí a frase de que mais valia o sorriso e o momento com a jovem amiga do que ir acompanhar a “troca de regime”.

Outro evento significativo – talvez o maior deles – que se desenvolve ao longo dos últimos capítulos do romance é o episódio da “tableta do Custódio”. No decorrer dos capítulos “Tableta Velha (XLIX)”, “Pare no D. (LXII)” e “Tableta Nova (LXIII)”, acompanhamos a trama de um velho confeitiro que, tendo mandado reformar a tableta que levava o nome de seu comércio (Confeitaria do Império), se depara com a mudança de regime e precisa lidar com a seguinte questão: manter o velho nome e correr o risco de ter sua loja quebrada por apoiadores republicanos ou mudar o nome dela, perdendo dinheiro e a tradição de seu comércio?

Diante dessa situação, Custódio recorre ao Conselheiro Aires e uma série de diálogos e explicações expressam o desespero e a indignação do vendedor com essa questão. Assim conta o narrador:

Na véspera, tendo de ir abaixo, Custódio foi à Rua da Assembléia, onde se pintava a tableta. Era já tarde; o pintor suspendera o trabalho. Só algumas das letras ficaram pintadas, — a palavra Confeitaria e a letra d. A letra “o” e a



palavra “Império” estavam só debuxadas a giz. Gostou da tinta e da cor, reconciliou-se com a forma, e apenas perdoou a despesa. Recomendou pressa. Queria inaugurar a tabuleta no domingo. Ao acordar de manhã não soube logo do que houvera na cidade, mas pouco a pouco vieram vindo as notícias, viu passar um batalhão, e creu que lhe diziam a verdade os que afirmavam a revolução e vagamente a república. A princípio, no meio do espanto, esqueceu-lhe a tabuleta. Quando se lembrou dela, viu que era preciso sustar a pintura. [...] Custódio enfiou um casaco de alpaca e voou à Rua da Assembléia. Lá estava a tabuleta, por sinal que coberta com um pedaço de chita; alguns rapazes que a tinham visto, ao passar na rua, quiseram rasgá-la; o pintor, depois de a defender com boas palavras, achou mais eficaz cobri-la. Levantada a cortina, Custódio leu: “Confeitaria do Império”. Era o nome antigo, o próprio, o célebre, mas era a destruição agora; não podia conservar um dia a tabuleta, ainda que fosse em beco escuro, quanto mais na Rua do Catete... —O senhor vai despintar tudo isto, disse ele. —Não entendo. Quer dizer que o senhor paga primeiro a despesa. Depois, pinto outra coisa. —Mas que perde o senhor em substituir a última palavra por outra? A primeira pode ficar, e mesmo o d... Não leu o meu bilhete? —Chegou tarde. —E por que pintou, depois de tão graves acontecimentos? —O senhor tinha pressa, e eu acordei às cinco e meia para servi-lo. Quando me deram as notícias, a tabuleta estava pronta. (ASSIS, 2012, p. 140-2)

Além da crise advinda da dificuldade de escolher outro nome, o ponto que mais incomodou Custódio foi o prejuízo monetário que toda essa mudança estava causando em seus bolsos. Sendo ele totalmente indiferente ao estabelecimento da República, por quais razões ele tinha que arcar com tudo aquilo? Por que tinha que mudar o nome de seu estabelecimento, tendo enormes prejuízos, sendo que nem se importava com política? Assim conta o narrador:

Custódio confessou tudo o que perdia no título e na despesa, o mal que lhe trazia a conservação do nome da casa, a impossibilidade de achar outro, um abismo, em suma. Não sabia que buscasse; faltava-lhe invenção e paz de espírito. Se pudesse, liquidava a confeitaria. E afinal *que tinha ele com política?* Era um simples fabricante e vendedor de doces, estimado, afreguesado, respeitado, e principalmente respeitador da ordem pública (ASSIS, 2012, p. 143, grifo nosso).

A figura de Custódio, do vendedor preocupado muito mais com a esfera de valor econômico, “com o seu próprio bolso”, do que com a política, é a personificação, feita por Machado, dos interesses reais do povo carioca. Assim como o outro vendedor analisado por nós no tópico “Republicanismos em Esaú e Jacó”, o confeitiro adota uma postura de total indiferença, já que, para ele, o que realmente importa é manter o seu comércio funcionando, sem intrigas – e de nada interessa se surge um presidente, se



permanece um monarca, se cai um gabinete ou se sobe uma ditadura.

Como que encarnando o traço, ressaltado por José Murilo, de que os cariocas “do governo queria[m] principalmente que o deixasse[m] em paz” (CARVALHO, 2019, p. 86), Custódio assiste ao episódio da Proclamação com muito mais desespero e raiva do que com alegria ou tristeza, do que com esperança ou desesperança com os novos rumos políticos do Brasil e do Rio de Janeiro.

Ao construir a cena da Proclamação a partir desses personagens – Aires, Carmem e Custódio –, Machado nos mostra a real forma com que a troca de regime, ocorrida em 1889, impactou a vida do povo na capital do Império. Indiferentes, indignados, temerosos, preocupados com seus próprios negócios, assim é que a maioria das pessoas vivenciaram o golpe republicano, e não como “bestializados” (CARVALHO, 2012, p. 83).

A exclusão do povo no movimento militar, na construção dos governos, na instituição da República – muito por causa do positivismo que reinará ali, naquele momento específico, como comentamos anteriormente – são elementos que auxiliaram nesse comportamento descrente e indiferente, tanto dos personagens de Machado, como da própria população da época. A pecha de “bestializados”, por outro lado, imputada pelos liberais, mostra-se, a partir de uma perspectiva machadiana, uma visão, no mínimo, míope e distorcida.

Portanto, ao observarmos a construção dos republicanismos e da própria Proclamação a partir de Esaú e Jacó, percebemos uma análise sofisticada de Machado, que passa a representar o povo não como uma massa inerte, mas como sujeitos apartados das instituições políticas e que, por isso, se preocupam muito mais com o seu próprio bolso – valores econômicos – e com suas amizades – valores morais – do que com a República emergente. Nesse sentido, o conhecimento de Machado sobre a sociedade carioca e o seu comportamento, auxiliaram ele a construir uma visão que seria aprofundada apenas no final século XX, com revisões historiográficas que buscaram entender as ações da população diante do 15 de novembro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das breves explanações sobre o conceito de bestialização e da influência



positivista na constituição do sistema representativo brasileiro da Primeira República (1889-1930), pudemos esclarecer algumas questões vitais para o desenrolar da nossa pesquisa. Como observamos anteriormente, a teoria política que guiou o estabelecimento da nova república, emergente após a queda do regime monárquico, foi uma das principais responsáveis pela manutenção do alijamento do povo, que vinha desde o período imperial por meio das limitações do direito ao voto.

Ao raiar do sol republicano, que, como pensavam alguns dos seus teóricos mais liberais, deveria iluminar e guiar a entrada do povo nas instituições democráticas, nada aconteceu. O manto do positivismo, onde “não existiam sequer cidadãos ativos. Todos eram inativos, à espera da ação iluminada do Estado” (CARVALHO, 2019, p. 51), cobriu e abafou rapidamente qualquer tentativa de participação popular, o que ocasionou o aprofundamento da separação entre Estado e sociedade civil. Essa cisão, muito bem retratada desde a Proclamação, levou o povo a se desinteressar quase que totalmente pelos assuntos da “política institucionalizada” e a buscar meios alternativos para exprimir seus interesses mais vivos.

Nesse contexto, onde o povo era sistematicamente alijado da participação política, é que surge a ideia de bestialização. Os bestializados são aqueles que, na visão dos republicanos não-positivistas, desistiram de interagir pelas vias institucionais ou, ainda, aqueles que abandonaram o interesse por quaisquer assuntos políticos, se revoltando apenas quando eram atingidos pelas políticas governamentais que feriam as esferas morais e econômicas, tidas como mais importantes na visão do povo.

Foi partindo da construção dessas antessalas teóricas e conceituais, da explicitação do contexto político e democrático da época, que partimos, de fato, para a análise de Esaú e Jacó. Seguindo as diretrizes metodológicas, desenvolvemos um aprofundamento das questões externas à obra (como o público-alvo, os locais de disseminação, bem como as influências do estilo realista machadiano na construção narrativa) e buscamos correlacionar as diferentes concepções de República e de Povo presentes à época, ressaltando a forma com que cada uma delas se refletiu na trama.

Compreendendo alguns capítulos a partir de uma ótica histórica e de uma leitura simbólica, que pensa os personagens como construções de “tipos sociológicos”, explicitamos as representações que Machado faz do povo – incorporado no vendedor





indiferente aos assuntos políticos – e dos republicanos – encarnados na figura de Paulo e seus colegas, ou dos militares na Proclamação –, ressaltando a complexidade psicológica desses personagens, bem como o pano de fundo histórico real no qual agiam.

Por fim, em nosso último tópico do artigo, buscamos mostrar que Machado, a partir da construção de seus personagens e de tramas do romance, desconstrói a pecha de “bestializado” imputada ao povo carioca, mostrando que a população reagiu ao acontecimento quando as duas esferas de valores que mais importavam (a moral, quando atrapalhou a convivência e a relação de dois personagens, e a econômica, quando Custódio se sentiu lesado pelo custo que o golpe o causou, mesmo não tendo nenhum contato com a política) foram abaladas.

## FONTE

ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. 5. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

## REFERÊNCIAS

BORGES, P. D. V. R. (2014). **História e Literatura: Algumas Considerações**. *Rth* |, 3(1), 94–109. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/28658>.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 53 ed. São Paulo: Cultrix, 2021.

BRASIL, Bruno. **O Paiz**. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>. Acesso em: 24 de out. de 2022.

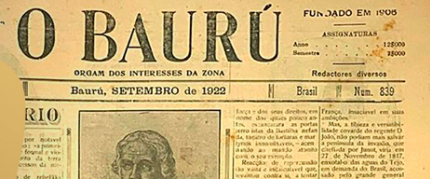
CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963. v. 5.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental**. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2008. v.3.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.





VIANA, Oliveira. **O ocaso do Império**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004;